

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 58 - Brasília, segunda-feira, 21 de agosto de 1995

Congresso terá calendário de sessões

O presidente José Sarney anunciou sexta-feira que em breve os deputados e senadores deverão contar com um calendário definido de sessões do Congresso Nacional, bem como uma agenda previamente organizada.

Sarney fez esse esclarecimento em plenário, ao responder a apelo que lhe fora dirigido pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), para que seja implantado no Congresso Nacional o sistema de agenda e comunicação que ele organizou para facilitar a atuação parlamentar dos senadores. José Ignácio pediu que Sarney leve para as sessões do Congresso o "bom exemplo do Senado", onde a agenda permite uma antevista das atividades duas semanas à frente e os parlamentares podem organizar suas atividades políticas.

Parlamentares defendem a Voz do Brasil

Senadores de diferentes partidos defenderam a continuidade do programa *Voz do Brasil*, na sessão de sexta-feira. O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) considerou perfeitamente legítimo que empresários defendam seus negócios e interesses, mas advertiu que é preciso lembrar que radiodifusão é uma concessão pública gratuita e que o interesse da população deve ser preservado.

Geraldo Melo (PSDB-RN) atribuiu a campanha a estados que "mostram grande capacidade de não entender este país". Valmir Campelo (PTB-DF) e Flaviano Melo (PMDB-AC) também destacaram a importância da *Voz* para as populações do interior. **Página 3**

Senadores cobram autonomia para BC

Com apoio de vários parlamentares, Fogaça e Jefferson querem o Banco Central fora de episódios como o da intervenção no Econômico

A autonomia do Banco Central, que o coloca imune a crises políticas como a desencadeada pela intervenção do Banco Econômico, foi um dos temas principais de debate no Senado, na sessão de sexta-feira. O senador José Fogaça (PMDB-RS) pediu a "retirada da gaveta" da Câmara de projetos de lei do deputado Francisco Dornelles e do então deputado César Maia que prevêem a implantação de uma autoridade monetária independente no país.

Fogaça citou os modelos adotados pelos Estados Unidos e pela Alemanha, onde o Fed-



Fogaça citou exemplos da Alemanha e dos EUA

eral Reserve Board e o Bundesbank, respectivamente, agem com absoluta autonomia em relação aos seus governos.

Fogaça afirmou que na semana passada os meios de comunicação acabaram patrocinando a sobreposição do mundo virtual sobre o real, à medida que a

postura adotada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso havia sido claramente anunciada no dia 14, mas a versão veiculada foi a de que o governo iria socorrer o Econômico, capitulando frente à pressão do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e da bancada baiana.

Para Fogaça, no entanto, ninguém pode atirar pedras em ACM. O senador recordou que há 10 anos, quando o Banco Sul brasileiro entrou em processo de liquidação, ele próprio e outros líderes gaúchos agiram como o senador baiano, defendendo os interesses de sua comunidade.

NESTA EDIÇÃO

CCJ vota amanhã emenda do petróleo
Página 2

Valmir pede apoio à microempresa
Página 3

Ignácio rebate críticas a José Serra
Página 2

Jefferson: FHC deve exigir dossiê de ACM

Considerando que "as águas ainda estão turvas" em relação ao caso Banco Econômico, o senador Jefferson Peres (PSDB-AM) afirmou na sexta-feira que se fosse o presidente Fernando Henrique Cardoso teria exigido do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) o dossiê de acusações que disse ter em mãos contra dirigentes do Banco Central.

Com o apoio de vários senadores, Jefferson Peres defendeu a autonomia do Banco Central, o que, na sua opinião, evitaria novos episódios "nebulosos" como o que ocorreu com o ban-



Jefferson Peres

co baiano. Ele manifestou seu apoio ao pedido de abertura de uma CPI, de iniciativa do senador José Eduardo Dutra (PTSE), para investigar o caso.

Em apartes, defenderam a autonomia do Banco Central os senadores Epitácio Cafeteira (PPR-MA), José Roberto Arruda (DF) e ainda Osmar Dias (PSDB-PR), que quer a quebra do sigilo bancário dos ex-dirigentes do Banco Econômico. O senador Bello Parga (PFL-MA) mostrou-se solidário com as preocupações de Jefferson Peres.

Ignácio defende ministro do Planejamento

A gestão de José Serra à frente do Ministério do Planejamento foi elogiada pelo senador José Ignácio (PSDB-ES), que refutou críticas feitas ao ministro, no sentido de que estaria beneficiando o estado de São Paulo. Segundo o senador, José Serra, na busca de disciplinar as contas do Estado, está encontrando as reações naturais dos que tiveram os interesses contrariados.



José Ignácio

- Com seu trabalho e, principalmente, com a competência com que tem enfrentado a complexidade dos temas que gravitam na área do Ministério do Planejamento, José Serra tem sido um dos grandes responsáveis pelos inúmeros aspectos positivos da atual administração. As críticas contra ele assacadas são injustas - afirmou, salientando que o ministro tem demonstrado interesse pelas reivindicações do estado do Espírito Santo.

Lobão quer reforma que não prejudique estados e municípios

Sistema brasileiro de arrecadação, que só obtém a metade do que deveria, precisa ser modernizado, prega o senador

A reforma tributária de que o país precisa não pode impor prejuízos aos estados e municípios, advertiu sexta-feira o senador Edison Lobão (PFL-MA). Ele comentou que há um consenso sobre a necessidade de mudar o quadro de arrecadação e distribuição de recursos entre as três esferas administrativas do país. Comentou, no entanto, que as propostas discutidas até agora representam perda de receita para essas unidades da Federação.

- O fato de a União estar falida não deve implicar uma reforma que, aliviando as dívidas federais, sufoque os esta-



Edison Lobão

dos - disse Lobão.

O senador reconheceu a importância das propostas de

mudança que preveem isenção de impostos para as exportações, para os produtos que compõem a cesta básica de alimentos e para os bens de capital, mas ressaltou que elas acarretam redução na receita de estados e municípios. A seu ver, a perda de receita precisa ser compensada com a melhoria do sistema de arrecadação, que recolhe apenas metade do que deveria. Outra providência importante que deveria constar da reforma tributária, na opinião de Edison Lobão, é a redução do número de impostos e tributos pagos pelos contribuintes.

Comissão vota amanhã emenda do petróleo

O parecer do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) à proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo será discutido e votado amanhã, às 10h, pela Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). O senador mantém em seu relatório o texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

A proposta de emenda, depois de apreciada pela CCJ,

passará ainda por duas votações, dessa vez no plenário do Senado. Se aprovada pela Casa, a emenda será incorporada ao texto da Constituição, após sua promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

14h30 - Preside sessão do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Previsão dos trabalhos das comissões para a semana:

Terça-feira (22.08.95)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PEC nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo. Discussão e votação do parecer. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação de projetos. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Especial destinada a analisar a programação de rádio e TV no País

Pauta: Exposição do diretor-presidente da RMC, Roberto Muiyler. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Apreciação de projetos de lei de créditos adicionais. Local: Plenário nº 8 do Anexo II da Câmara dos Deputados.

17h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Painel sobre hidrovia do São Francisco, tendo como expositores representantes do Ministério dos Transportes, Companhia de Navegação do São Francisco - FRANAVE, Companhia do Vale do Rio Sul e Corredor Centro Leste. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do presidente do IBAMA, Raul Jungmann. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

18h - Comissão Especial destinada a estudar a reforma político-partidária

Pauta: Exposição do relator da Comissão Especial destinada a estudar a reforma política e eleitoral-partidária da Câmara dos Deputados, deputado João Almeida. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (23.08.95)

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: PLC nº 117/94, que altera o Código de Mineração. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de projetos. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de projetos. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.



Alcântara

Alcântara quer manter incentivo à cultura

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu na sexta-feira a manutenção dos incentivos fiscais aos investimentos em cultura, contidos na Lei Rouanet, que o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, anunciou ser intenção do governo eliminar.

A passagem do Dia Nacional do Patrimônio Histórico foi lembrada ontem por Alcântara, que pregou a adoção de uma política eficiente de preservação e defesa dos bens culturais do país, diante da "tragédia" que ocorre atualmente com o patrimônio histórico.

Alcântara advertiu que as novas gerações poderão não ter o privilégio de conhecer, por exemplo, o acervo de esculturas e pinturas do barroco mineiro. Ele qualificou a venda de peças artísticas de igrejas do interior, por párcos, como verdadeiro atentado à memória cultural. "Um povo que não tem memória não pode ter futuro", acrescentou.

O senador exaltou a contribuição de intelectuais e artistas como Villa-Lobos, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Mário de Andrade, Rodrigo de Mello Franco e Oscar Niemeyer, que, em torno do então ministro da Educação, Gustavo Capanema, durante o Estado Novo, criaram o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Senadores defendem a Voz do Brasil

Isenção do noticiário, poder de integração de diferentes regiões e divulgação de informações em locais distantes do país são destacados

Senadores de diferentes partidos defenderam na sexta-feira a permanência do noticiário radiofônico *Voz do Brasil*, cuja extinção vem sendo pedida por um grupo de emissoras privadas de rádio. Primeiro orador a falar sobre o tema, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) considerou perfeitamente legítimo que empresários defendam seus negócios e interesses, mas disse que é preciso lembrar que a radiodifusão é uma concessão pública gratuita e que o interesse público deve ser preservado.

Nabor Júnior lembrou que o país é uma federação e que a *Voz do Brasil*, com seus 60 minutos diários, é um elo que une todos os estados brasileiros. O senador acrescentou ao seu discurso um relatório elaborado pela Secretaria de Comunicação Social do Senado, apontando as respostas dos ouvintes da *Voz do Brasil*, em todo o país e até mesmo no exterior, às consultas sobre o futuro do programa. A pesqui-



Nabor Júnior



Geraldo Melo

sa prova que o programa tem o apoio popular.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse não acreditar que o Congresso Nacional aprove o projeto de lei que pretende extinguir a *Voz do Brasil*. Alcântara lembrou que nem todos os parlamentares têm acesso à mídia ou têm suas idéias tratadas com a mesma boa vontade que as de outros. O senador afirmou que o programa é um noticiário neutro e valioso.

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) disse que devem estar confundindo a *Voz do Brasil* com o horário político gratuito. Jefferson esclareceu que aquele não é propaganda, não distorce fatos e não beneficia ou enaltece político nenhum. Para

ele, essa campanha retrata uma posição elitista das classes A e B, que têm acesso à informação, contra as camadas mais populares.

A campanha das emissoras de rádio, para o senador Geraldo Melo (PSDB-RN), "vem de estados que mostram grande capacidade de não entender este país". Melo disse ter assistido a programa de TV em que se mostrou como argumento favorável à campanha o episódio em que a transmissão de informações sobre um engarrafamento na cidade de São Paulo foi interrompida para a entrada da *Voz do Brasil*. "É absurdo se pensar que seja mais importante para o Brasil deixar de transmitir a *Voz do Brasil* para orientar motoristas da cidade de São Paulo", argumentou.

Também se solidarizaram com Nabor Júnior os senadores Valmir Campelo (PTB-DF) e Flaviano Melo (PMDB-AC), que defenderam a manutenção da *Voz do Brasil* e destacaram a sua importância para as populações do interior.

Valmir pede tratamento diferente para micro e pequenas empresas

Tratamento desigual para coisas desiguais. Com essa idéia, o senador Valmir Campelo (PTB-DF) cobrou do governo um tratamento fiscal diferenciado para as micro e pequenas empresas, a exemplo do que fazem os países que têm apresentado grande crescimento econômico nos últimos 50 anos. "O que os pequenos querem não é favoritismo nem paternalismo", disse.

O senador afirmou que a mentalidade "fiscalista" do estado trata uniformemente grandes e pequenos. "Impor a uma empresa familiar, de fun-



Valmir Campelo

do de quintal, as mesmas regras e exigências que vigoram para empresas de grande porte é condenar um segmento vital ao funcionamento da economia à marginalidade", analisou.

De acordo com dados apresentados por Valmir Campelo, as micro e pequenas empresas somam 4 milhões de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços. São responsáveis por 48% da produção nacional, 42% dos salários pagos, 68% da oferta de mão-de-obra e cerca de 30% do Produto Interno Bruto.

Sarney aponta riscos nos juros

Toda a crise resultante da intervenção em instituições bancárias deve servir para uma profunda reflexão sobre a política de juros altos. O comentário foi feito na manhã de sexta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney, para quem "esses juros em níveis astronômicos estão levando a uma inadimplência geral".

O presidente fez essas declarações ao ser entrevistado sobre as assinaturas que a oposição vem recolhendo para instalar uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar o Banco Central.

Osmar Dias sugere que o Brasil aprenda a negociar para crescer

País deve defender nos fóruns internacionais a redução gradual dos subsídios agrícolas, afirma o senador

Carpets serão pagos com preços reais

A comissão de sindicância do Senado encarregada de esclarecer denúncias de irregularidades na compra e instalação de carpets no Anexo 2 da Casa concluiu que os "preços foram elevados", mas não há elementos que evidenciem superfaturamento.

O advogado-geral da Casa, Tereso de Jesus Torres, quer que o processo de apuração da denúncia tenha prosseguimento, até a completa elucidação dos fatos. Ele recomendou ainda que o pagamento das obras seja feito somente após a constatação dos preços reais de custo do material empregado.

O advogado também pediu o exame da documentação comercial das empresas vencedoras da licitação, para a confrontação entre os valores cotados nas propostas e os efetivamente pagos. Ele sugere ainda que o Senado solicite às empresas contratadas a apresentação da documentação contendo valores discriminados de compra e venda de materiais.

Como a licitação previa a discriminação do preço em duas parcelas, custos dos insumos e BDI - bonificação e despesas indiretas -, o valor da primeira haveria de corresponder obrigatoriamente ao custo efetivo do material empregado, não podendo repercutir no contrato senão por esse valor - acrescenta o advogado-geral.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou na sexta-feira que, se o Brasil não assumir a agricultura como setor estratégico fundamental para o seu desenvolvimento auto-sustentado, não conseguirá poder de competitividade no mercado internacional. Para isso, no entanto, segundo o parlamentar, torna-se necessário que o país aprenda a negociar nos fóruns internacionais no sentido de que nações mais desenvolvidas reduzam os subsídios agrícolas.



Osmar Dias

O senador revelou que a Suíça gasta 2 mil dólares anuais, em forma de subsídios, para cada vaca criada em seu território e, com a mesma finalidade, a França gasta 2,5 mil dólares.

Osmar Dias disse ter a certeza de que se o mercado internacional se tornar efetivamente livre como pregam os liberais brasileiros, a agricultura nacional poderá ampliar suas exportações em mais 14 bilhões de dólares.

Flaviano quer urgência no caso do avião retido

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) fez um apelo sexta-feira, em plenário, no sentido de que a Polícia Federal entre nas investigações em torno do avião Boeing 727, apreendido pela Receita Federal no aeroporto de Cubica, em São Paulo, com produtos eletroeletrônicos sem a necessária documentação de importação.

O parlamentar registrou a preocupação da sociedade do Acre com o noticiário dando conta de que o aparelho pertenceria ao atual gover-



Flaviano Melo

nador do estado, Orlei Camelli.

Ao longo das últimas semanas, relatou Flaviano Melo, uma sucessão de informações e declarações contraditórias lançaram dúvidas e suspensas em torno do caso do avião apreendido no aeroporto paulista.

Em meio a versões de que o aparelho pertenceria à família do governador, mas estaria "alugado" a empresas, surgiram inúmeros desmentidos das empresas citadas como responsáveis por esse aluguel e uso do Boeing 727.

Comissão esclarece sindicância

O servidor Wilson Roberto Theodoro, presidente da Comissão designada para apurar denúncia de assédio sexual apresentada contra o chefe de Segurança da Casa, Francisco Pereira da Silva, esclarece que:

a) a servidora Jussanan Portela dos Santos foi ouvida por esta Comissão nos dias 25 de julho e 8 de agosto de 1995;

b) seu primeiro depoimento foi acompanhado pelo Dr. Nelson Coimbra de Senna Dias, OAB-DF nº 11.658, com mandato outorgado pela servidora;

c) seu segundo depoimento foi acompanhado pelo mesmo advogado e pela advogada Ana Daniela Leite e Aguiar, OAB-DF nº 11.653;

d) a Comissão, no decorrer de seus trabalhos, ouviu, até agora, mais onze pessoas, sendo que todos os depoimentos foram acompanhados pelo Dr. Nelson Coimbra de Senna Dias, advogado da servidora. O depoimento do Sr. Francisco Pereira da Silva, por sua vez, foi acompanhado ainda por mais dois advogados da Comissão de Direitos Humanos da OAB-DF.

e) tendo em vista que, em seu segundo depoimento, a servidora Jussanan apresentou novos nomes e situações, a Comissão solicita a prorrogação, por 30 dias, do prazo para a conclusão de seus trabalhos.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Emandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando César Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.